



Capital
Ibero-americana
de Cultura

PASSADO E PRESENTE

LISBOA
2017



LISBOA
CÂMARA MUNICIPAL

O DESEJO DE VIVER EM COMUM

VOLUME 2

Adriana Valderrama
Ana Paula Brito
Paulo Lara
Enzo Traverso
Tatiana Macedo
Carlos Gómez Florentín
Miguel Bandeira Jerónimo
Miguel Cardina
Catherine Walsh
Gonzalo Portocarrero
Margarida Calafate Ribeiro

Capital
Ibero-americana
de Cultura

PASSADO E PRESENTE

**LISBOA
2017**




LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXIX

*Nesta edição, respeitou-se
a opção ortográfica de cada autor.*

© 2019, Câmara Municipal de Lisboa
e Edições tinta-da-china, Lda.
Rua Francisco Ferrer, 6A,
1500-461 Lisboa
Tels: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *O Desejo de Viver em Comum 2*
Coordenação: Rute Mendes
Autores: AAVV
Revisão: Tinta-da-china
Tradução: Alberto Piris Guerra (textos de Adriana Valderrama,
Carlos Gómez Florentín, Catherine Walsh e Gonzalo Portocarrero)
e Vasco Meneses (texto de Enzo Traverso)
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china

1.ª edição: Janeiro de 2019

ISBN 978-989-671-468-0
Depósito Legal n.º 449501/18

ÍNDICE

«GEOGRAFÍAS DE LA VERDAD», MEMÓRIAS DO PROCESSO	7
Adriana Valderrama (com Melina Ocampo, Fernando Hoyos, Mariluz González, David Rincón, Edison Vargas e María Cristina Paton)	
ROMPENDO O SILÊNCIO INSTITUCIONALIZADO NO BRASIL: OS MEMORIAIS SOBRE A DITADURA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEMÓRIA	31
Ana Paula Brito	
ANGOLA – NOS TRILHOS DA INDEPENDÊNCIA. MEMÓRIAS DA LUTA E RESISTÊNCIA AO COLONIALISMO	49
Paulo Lara	
PRESENTISMO. A POLÍTICA DA MEMÓRIA NA ERA DO NEOLIBERALISMO	69
Enzo Traverso	
AVENIDA DA LIBERDADE	85
Tatiana Macedo	
MIGRANTES PARAGUAIOS: TRABALHADORES, INTELLECTUAIS E ESTUDANTES NO EXÍLIO. ITAIPU E A DITADURA NO CONE SUL (1965-1985)	95
Carlos Gómez Florentín	
OS (AB)USOS DA METAGEOGRAFIA	107
Miguel Bandeira Jerónimo	
POLÍTICAS DO SILÊNCIO, RESISTÊNCIAS DA MEMÓRIA: AS GUERRAS COLONIAIS EM TEMPOS PÓS-COLONIAIS	119
Miguel Cardina	

INTERCULTURALIDADE E (DE)COLONIALIDADE? GRITOS, FENDAS E SEMEITEIRAS DESDE ABYA YALA	133
Catherine Walsh	
DO IMPERIALISMO AOS ESTUDOS SOBRE A DE/COLONIZAÇÃO	155
Gonzalo Portocarrero	
FALAS DAS E SOBRE AS AMÉRICAS – OS MODOS E OS EQUÍVOCOS DO OLHAR	173
Margarida Calafate Ribeiro	
NOTAS BIOGRÁFICAS	187

«GEOGRAFÍAS DE LA VERDAD», MEMÓRIAS DO PROCESSO

ADRIANA VALDERRAMA

com Melina Ocampo, Fernando Hoyos, Mariluz González,
David Rincón, Edison Vargas e María Cristina Paton

Queremos dar a conhecer o caminho que seguimos no Museu Casa de la Memoria para construir a exposição *Geografías de la verdad*, que aborda os processos de procura da verdade e as comissões da verdade, na Colômbia e no mundo¹. Decidimos abordar estas duas temáticas inspirados pelo atual contexto sociopolítico do país e pela importância histórica do desafio de implementar os Acordos de Paz, com todos os mecanismos e reformas estruturais necessários para garantir essa transição para um cenário de paz. Aqui se inclui o atual Sistema Integral de Verdad, Justicia, Reparación y No Repetición², e entre os seus mecanismos encontra-se a Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No Repetición³. Inicialmente, pretendíamos focar-nos nas comissões da verdade, uma vez que seriam as primeiras do país. No entanto, à medida que avançávamos no processo percebemos que o nosso olhar deveria abarcar também as procuras da verdade, uma vez que se realizaram muitos e variados esforços nesse sentido.

Deste modo, o objetivo principal do processo de investigação que guiou a criação dos conteúdos da exposição foi o de construir memórias sobre os processos de procura da verdade e tentar compreendê-los. Para chegar aí, foi necessário rever e analisar alguns processos de procura da verdade em Medellín, Antioquia, Colômbia e a nível internacional; examinar as funções, objetivos, intenções e efeitos dos referidos processos; identificar as necessidades, em matéria de verdade, que têm alguns grupos populacionais; e aprofundar, no estado atual do Acordo de Paz, tudo o que se relaciona com a Comissão.

1 Investigação financiada pelo Museu Casa de la Memoria e realizada pelo Grupo de Investigación Memorias Vivas.

2 Criado pelo Ato Legislativo 03 de 2016.

3 Criada pelo Ato Legislativo 01 de 2017 e organizada através do Decreto 588, assinado a 5 de abril de 2017.

ROMPENDO O SILÊNCIO INSTITUCIONALIZADO NO BRASIL: OS MEMORIAIS SOBRE A DITADURA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEMÓRIA

ANA PAULA BRITO

Os movimentos de transição dos regimes ditatoriais e de redemocratização nos diversos países da América Latina abriram um processo de acerto de contas com a História que tem em sua base um complexo de disputa em torno do registro público das memórias sobre estes períodos. É interessante observar que as primeiras ações de transição dos regimes ditatoriais para democracias, respaldadas pelas leis de anistia, promulgadas por toda a América Latina, utilizaram tais leis no sentido de conceder a anistia vinculada a uma conciliação nacional, através de um esquecimento induzido.

Esse tipo de esquecimento se deu, sobretudo, por meio de estratégias como a limitação do acesso às informações que registraram os crimes ocorridos, impedindo que parte dessa memória fosse restaurada. Manipulado em nome de uma suposta «reunificação nacional», o esquecimento foi implantado na conjuntura social como um dever, ainda que de forma sutil, buscando «cicatriz» as feridas coletivas.

Nas últimas décadas, muitos países da região vivenciaram um período de enfrentamento ao silêncio institucionalizado acerca das violações aos Direitos Humanos ocorridos durante regimes ditatoriais, ao mesmo tempo que sobreviventes, familiares de vítimas e grupos de Direitos Humanos reivindicam o estabelecimento da verdade sobre os crimes do passado. Esses movimentos da sociedade civil, atrelados à vontade política favorecida pela tomada de poder por governos de esquerda, sobretudo no Cone Sul, contribuíram para a criação de comissões da verdade, fortalecendo, assim, o compromisso com a memória desse passado tão próximo quanto doloroso, por meio de uma série de políticas públicas de memória.

É importante destacar que cada país da América Latina enfrentou esse passado ditatorial de forma diferente. Cada país possui um contexto histórico e político distinto e, em alguns casos, como no Brasil,

ANGOLA – NOS TRILHOS DA INDEPENDÊNCIA. MEMÓRIAS DA LUTA E RESISTÊNCIA AO COLONIALISMO

PAULO LARA

Entre 2010 e 2015, foi realizado no território angolano e em alguns outros países o projeto Angola – Nos Trilhos da Independência, um trabalho de campo que procurou contribuir para a historiografia em torno do período da Luta de Libertação, numa altura em que os seus protagonistas, muitos já desaparecidos, estavam com uma média de idade superior a 60 anos, o que em Angola representa um tempo de vida avançado.

ANGOLA – 26 ANOS DE CONFLITOS

Desde o início da luta armada em 1961, Angola só viria a alcançar efetivamente a Paz em 2002. Durante 41 anos, não só existiu a guerra em Angola, como uma interpretação histórica durante muito tempo dependente do momento político e vigiada pelas elites políticas, que eram parte integrante da luta então em curso.

A luta anticolonial (1961-1974) caracterizou-se pela participação de jovens que, por diferentes motivos, aderiram às organizações armadas, clandestinas ou outras, impulsionados pelos ventos de independência provenientes de outros países africanos e pelo cada vez maior antagonismo em relação ao poder colonial. Este período caracterizou-se igualmente pela rivalidade entre os próprios nacionalistas, maioritariamente enquadrados em três diferentes organizações armadas – a FNLA, o MPLA e a UNITA –, cada uma com a sua interpretação e construção da história (as datas de criação das respetivas organizações são ainda hoje motivo de acaloradas discussões entre «historiadores políticos» e «historiadores científicos»).

Os jovens que chegaram à Independência com mais de 30 anos passaram, na sua maioria, a estar direta ou indiretamente envolvidos num

MIGRANTES PARAGUAIOS: TRABALHADORES, INTELLECTUAIS E ESTUDANTES NO EXÍLIO. ITAIPU E A DITADURA NO CONE SUL (1965-1985)

CARLOS GÓMEZ FLORENTÍN

Este trabalho procura reconstituir a realidade das redes de trabalhadores, estudantes e políticos exilados do Paraguai durante a Ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989). A migração foi uma componente fundamental da sociedade paraguaia ao longo da sua história. A Ditadura representou um novo fator de impulso para o movimento migratório paraguaio na região. Durante o exílio, poucas vezes estes exilados mantiveram contacto ou conseguiram conservar a sua visibilidade política. No entanto, uma intervenção política como foi a construção da barragem de Itaipu por parte dos governos ditatoriais do Brasil e do Paraguai revelou-se a ação ideal para gerar um momento de visibilidade coletiva das comunidades de paraguaios no exílio. Aqui, identifica-se a reconfiguração das populações de exilados paraguaios durante a Ditadura em torno da organização de atos de protesto contra o tratado assinado e a consequente construção da barragem de Itaipu.

Para o efeito, recorreu-se sobretudo aos conteúdos do arquivo de Guillermo Weyer, na posse da Universidade da Califórnia em Riverside desde 1992, como parte do seu repositório sobre as lutas sociais dos setores progressistas na América Latina. O espólio de Guillermo Weyer, vendido à Universidade da Califórnia pelo próprio, proporciona uma janela privilegiada para seguir o comportamento dos grupos opositores à Ditadura de Alfredo Stroessner no exílio, durante os anos críticos do regime.

Weyer dirigiu a Agencia Noticiosa Paraguaya (ANP) em Buenos Aires, onde, em 1973, recebia todo o tipo de informação sobre eventos relacionados com o Paraguai na caixa de correio número 38, sucursal dois da capital argentina onde vivia exilado. As suas boas relações tanto com os grupos da esquerda, dos quais se sentia mais próximo ideologicamente, como com os opositores do Partido Liberal ou do próprio

OS (AB)USOS DA METAGEOGRAFIA

MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO

I.

Para ele «a geografia é o que a economia é para um marxista», enquanto a história parece ser apenas «uma forma de teleologia geométrica». Foi assim que um conhecido geógrafo, André-Louis Sanguin, sintetizou os argumentos de Robert D. Kaplan, jornalista e Senior Fellow no Center for a New American Security, inscritos em *The Revenge of Geography* (2012).¹ Esta obra é mais um exemplo dos esforços de recuperação de visões que cristalizam diferentes «civilizações» e que promovem a sua incontornável hierarquização e competição.² Fazem-no em razão da defesa de formas de determinismo geográfico, que se transformam em formas de determinismo cultural. Somos o sítio onde nascemos.

The Revenge of Geography é um claro exemplo da colaboração entre *think-thanks* especializados em política externa americana, *war colleges* e universidades estreitamente ligadas ao Pentágono. As origens imperiais e coloniais de vários saberes académicos têm sido reveladas por alguns investigadores. Os casos da geografia, da ciência política e das relações internacionais são exemplares: a sua institucionalização esteve intimamente ligada à necessidade de responder aos desafios da construção do *novo imperialismo* e aos decorrentes problemas da administração colonial em finais do século XIX.³

1 André-Louis Sanguin, «Robert D. Kaplan – La revanche de la géographie. Ce que les cartes nous disent des conflits à venir», in *L'Espace Politique* [online: <https://espacepolitique.revues.org/3158?lang=en>].

2 Robert D. Kaplan, *The Revenge of Geography: what the map tells us about coming conflicts and the battle against fate*, Random House, Nova Iorque: 2012.

3 Veja-se, por exemplo, para cada aspeto, David Long e Brian C. Schmidt (eds.), *Imperialism and Internationalism in the Discipline of International Relations*, State University of New York, Nova Iorque: 2005; e Ron Robin, *The Making of the Cold War Enemy: Culture and politics in the military-intellectual complex*, Princeton University Press, Princeton: 2009. Algumas destas ideias são exploradas em Miguel Bandeira Jerónimo, «Visões globais. A imaginação política dos Estados-império», in Diogo Ramada Curto (ed.), *Estudos Sobre a Globalização*, Edições 70, Lisboa: 2016, pp. 165-198.

POLÍTICAS DO SILÊNCIO, RESISTÊNCIAS DA MEMÓRIA: AS GUERRAS COLONIAIS EM TEMPOS PÓS-COLONIAIS

MIGUEL CARDINA

O passado é ainda mais imprevisível do que o futuro. Podemos descortinar nesta conhecida formulação mais do que um gesto de retórica artificiosa. Se o futuro está por definição aberto à incerteza, o passado é frequentemente atravessado por dissonantes leituras históricas que compõem verdadeiras disputas pela memória. Eventos socialmente disruptivos ou marcados por cadeias de violência, tantas vezes repercutidas, constituem-se assim como exemplos evidentes desses «passados que não passam» e que, por isso mesmo, se transformam em lugares de conflito, de reinterpretação ou de silenciamento.

A partir de 1961, Portugal enfrentou – primeiro em Angola, depois na Guiné-Bissau e em Moçambique – a irrupção da luta armada em África, conduzida por movimentos apostados em conquistar a independência daqueles territórios. Diversamente modeladas em função dos territórios onde eclodiam, estas insurreições armadas acabariam por abrir caminho à independência e por produzir, em Portugal, o desabamento do próprio regime. A inscrição deste evento histórico – ora como «resistência fundadora» das novas nações, ora como parte de uma mais vasta história de violência colonial, ora como epílogo doloroso do Império – tem sido feita através de diferentes instâncias de memorialização e de esquecimento.

Pretendo aqui trazer algumas hipóteses de trabalho a partir da análise das memórias da guerra colonial e das lutas de libertação em Portugal e nos países africanos outrora colónias portuguesas. Antes disso, gostaria de introduzir um ponto prévio, que nos conduz às discussões que surgiram no colóquio que deu origem a estes textos sobre a natureza e as funções sociais da memória e sobre o seu lugar na contemporaneidade.

Com efeito, a preocupação com a memória está hoje tão disseminada que vários autores falam mesmo de uma «indústria da memória» ou

INTERCULTURALIDADE E (DE)COLONIALIDADE? GRITOS, FENDAS E SEMENTEIRAS DESDE ABYA YALA¹

CATHERINE WALSH

Ao Paulo Freire²

ABERTURAS

Penso e escrevo desde Abya Yala. Desta forma chamo a atenção para as políticas de nomeação: «América», «Ibero-américa» e «América Latina» fazem parte do peso colonial, das políticas impostas que, pela forma de nomear, possuem, controlam e eliminam. Abya Yala, que significa «terra em plena maturidade» na língua dos povos kuna-tule originários dos territórios agora designados Colômbia e Panamá, era o nome que existia antes da invasão-conquista. E é o nome que os povos originários de todas as Américas coletivamente voltaram a propor em 1992 para designar o continente, para contrariar as celebrações do «descobrimento» e a continuidade colonial.

A partir deste território-lugar exploro em seguida as lutas atuais e cada vez mais emergentes que põem em tensão o tema central deste texto: a interculturalidade e a decolonialidade. O objetivo é analisar o significado desses termos numa região onde a violência, o silenciamento, a guerra e a morte definem de forma crescente a vida quotidiana. É perante esta realidade que falo de e com gritos, mas também de e com fendas e sementeiras.

O texto organiza-se em três partes. Primeiro, introduzo o meu entendimento sobre a interculturalidade e a sua relação com a decolonialidade. A partir de quatro pontos de partida, explico brevemente de onde vem e para onde vai o conceito. Considero o seu significado e efeito contemplando-os «a partir de baixo», com efeitos transformadores,

1 Uma versão alargada deste texto foi publicada em *Poéticas e políticas da linguagem em vias de descolonização*, A. Garcia Diniz; D. Araújo Pereira; L. Kaminski Alves (org.). Universidad de Integración Latinoamericana, Foz Iguaçu, Brasil: 2017.

2 Dedico este texto ao Paulo Freire, amigo, colega, avô-guia ancestral. Recordar o Paulo é especialmente significativo hoje em dia perante os ataques ao seu legado e pessoa tanto pela campanha do movimento Escola sem Partido, no Brasil, como pelo Governo de direita, que pretende revogar o título de «Patrono da Educação Brasileira» atribuído a Paulo Freire em 2012.

DO IMPERIALISMO AOS ESTUDOS SOBRE A DE/COLONIZAÇÃO

GONZALO PORTOCARRERO

I

Desde princípios do século xx foram formulados diversos paradigmas conceptuais para pensar as relações da América Latina com as metrópoles. Talvez o mais importante tenha sido o que usou o «imperialismo» como termo central. O texto mais influente dessa corrente foi o de Vladimir Lenine, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* (escrito em 1916), ainda que não o único. A partir da perspectiva inaugurada por esta obra, os latino-americanos começaram a ver-se como países com uma soberania reduzida e economicamente explorados, especialmente pela Grã-Bretanha e pelos Estados Unidos. Nesta altura, o tema da libertação nacional passou a ser prioritário na agenda política latino-americana, um primeiro passo para a mudança social. A autonomia dos estados e a expropriação do capital estrangeiro eram os dois componentes da fórmula que conduziria ao progresso social.

Este paradigma era esclarecedor sobre o que se passava na América Latina. Com efeito, as empresas mais importantes, especialmente na área dos recursos naturais, estavam em mãos norte-americanas, enquanto no terreno político a diplomacia dos Estados Unidos exercia uma espécie de tutela sobre a soberania dos estados latino-americanos. Contudo, ao mesmo tempo, este paradigma tornava invisível a importância do investimento estrangeiro na incipiente formação de capital. Também se perdia de vista a ambiguidade da política norte-americana, que tanto podia dar alento como travar as ditaduras latino-americanas. Apenas se destacava as intervenções arbitrárias dos governos dos Estados Unidos. Finalmente, pelos seus pressupostos economicistas, esta perspectiva dava muito pouca importância à cultura como o espaço onde a América Latina podia recordar o seu passado, investigar o seu presente e criar o seu futuro.

O paradigma do imperialismo foi posto de lado por uma nova construção conceptual, elaborada na América Latina. Refiro-me à Teoria da

FALAS DAS E SOBRE AS AMÉRICAS – OS MODOS E OS EQUÍVOCOS DO OLHAR¹

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO

Para o António Pinto Ribeiro

Oui, il vaudrait la peine d'étudier, cliniquement, dans le détail, les démarches d'Hitler et de l'hitlérisme et de révéler au très distingué, très humaniste, très chrétien bourgeois du XXe siècle qu'il porte en lui un Hitler qui s'ignore, qu'Hitler l'habite, qu'Hitler est son démon, que s'il le vitupère, c'est par manque de logique, et qu'au fond, ce qu'il ne pardonne pas à Hitler, ce n'est pas le crime en soi, le crime contre l'homme, ce n'est pas l'humiliation de l'homme en soi, c'est le crime contre l'homme blanc, c'est l'humiliation de l'homme blanc, et d'avoir appliqué à l'Europe des procédés colonialistes dont ne relevaient jusqu'ici que les Arabes d'Algérie, les coolies de l'Inde et les nègres d'Afrique.

—Aimé Césaire, *Discours sur le Colonialisme*, 1956

A relação de Portugal e Espanha com a América ibero-americana remonta ao momento histórico consagrado na narrativa ocidental pelas viagens de Colombo e de Pedro Álvares Cabral e as suas chegadas ao, por nós europeus, designado Novo Mundo da América do Sul. Os equívocos do olhar e narrativos gerados desde este primeiro momento em que a Europa passa a si própria um atestado de velhice, face à designação do mundo por si descoberto como novo², prolonga-se desde logo nos primeiros textos que têm nas cartas de Colombo um autor e um navegante deslumbrado por ter encontrado o seu próprio sonho de paraíso, não tanto pelo que ali estava mas pelas chaves de interpretação que o seu imaginário lhe permitia ver, e na célebre carta de Pêro Vaz de Caminha, o relato, igualmente deslumbrado, de um escrivão para o seu rei,

1 Este texto resulta do trabalho desenvolvido pelo projeto MEMOIRS – Filhos de Império e Pós-memórias Europeias, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n.º 648624).
2 Cf. Eduardo Lourenço, «A Morte de Colombo», in *O Colonialismo Como o Nosso Impensado*, Gradi-va, Lisboa: 2014 (organização de Margarida Calafate Ribeiro e Roberto Vecchi), p. 33.

NOTAS BIOGRÁFICAS

ADRIANA VALDERRAMA

É a atual diretora do Museu da Casa de la Memoria em Medellín, Colômbia. É licenciada em Psicologia e especializou-se em Justiça de Transição. Tem um mestrado em Estudos de Paz e Conflitos da University of Ulster, na Irlanda do Norte, e é atualmente doutoranda em Filosofia pela Universidad Pontificia Bolivariana de Medellín. Trabalhou como professora de Teoria do Conflito e Negociação e Justiça de Transição na referida universidade.

ANA PAULA BRITO

É doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestra em Memória Social e Patrimônio Cultural pela UFPel. É diretora de Comunicação, Ação Educativa e Cultural do Núcleo de Preservação da Memória Política, onde atua coordenando a pesquisa histórica do projeto do Memorial da Luta pela Justiça. É autora do livro *Escracho aos torturadores da Ditadura* e de diversos artigos sobre o tema da memória, verdade e justiça na América Latina. Foi responsável pelo núcleo de pesquisa do Memorial da Resistência de São Paulo (2014-2016) e colaboradora da organização Memoria Abierta, na Argentina.

PAULO LARA

Angolano, nascido em 1956, filho de combatentes anticoloniais, está desde jovem ligado à luta de libertação de Angola e foi militar no ativo até 2003. Licenciado em Ciências Militares e em Relações Internacionais, é membro fundador da Associação Tchiveka de Documentação. De 2010 a 2015, dirigiu o projeto Angola – Nos Trilhos da Independência, que culminou com a realização do documentário *Independência*. Foi coparticipante na realização de diferentes publicações da mesma associação, autor de artigos publicados em semanários angolanos e participante em conferências nacionais e internacionais.

ENZO TRAVERSO

Ocupa a cátedra «Susan and Barton Winokur» de Estudos Humanísticos na Cornell University desde 2013. Estudou na Università di Genova, em Itália, e doutorou-se na EHESS, em Paris (1989). É especialista em Europa Contemporânea, dedicando-se sobretudo à história intelectual do século xx numa perspetiva comparativa. Antes de chegar a Cornell, foi professor de Ciência Política na Université de Picardie Jules Verne, em França. Foi igualmente professor convidado em várias universidades, tanto europeias como latino-americanas. Entre as suas publicações, destacam-se as seguintes: *La violence nazie. Une généalogie européenne* (La Fabrique, Paris, 2002); *A feu et à sang. De la guerre civile européenne 1914-1945* (Stock, Paris, 2007); *La fin de la modernité juive. Histoire d'un tournant conservateur* (La Découverte, Paris, 2013); *Mélancolie de gauche. La force d'une tradition cachée (XIXe-XXIe siècle)* (La Découverte, Paris, 2016).

TATIANA MACEDO

Nascida em Portugal, de ascendência angolana, Tatiana Macedo cresceu e estudou em Lisboa e em Londres. A sua obra desenvolve-se transdisciplinarmente entre a instalação, a fotografia, o cinema, o som e as suas formas expandidas. O seu primeiro filme, *Seems so long ago, Nancy*, foi inteiramente rodado na Tate Modern e Tate Britain e, em 2015, foi a primeira vencedora do Prémio Sonae Media Art. Durante o ano de 2016, foi artista residente na Künstlerhaus Bethanien em Berlim com uma bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian. O seu trabalho é exploratório e de grande rigor técnico, crítico e conceptual. Expõe internacionalmente e trabalha entre Lisboa e Berlim.

CARLOS GÓMEZ FLORENTÍN

Candidato ao doutoramento em História Latinoamericana na Universidade Stony Brook, de Nova Iorque. O tema da sua tese de doutoramento é «A transnacionalização da barragem de Itaipu e as suas consequências indesejáveis na construção da região do Paraná (1957-1991)». Tem as seguintes publicações: *1954. El contexto histórico* (El Lector, 2014); *Los veteranos* (El Lector, 2013); *La Guerra Civil de 1947* (El Lector, 2013); *Higinio Morínigo, el soldado-dictador* (El Lector, 2011) e *El Paraguay de la Posguerra, 1870-1900* (El Lector, 2010). Os seus trabalhos de investigação foram patrocinados pelas «International Dissertation Research Fund IDRF», Tinker Foundation, entre outros. É mestre em Ciências Políticas, com a especialidade em Teoria Política, pela Universidade de Nova Iorque (2009), onde usufruiu de uma bolsa Fulbright. Anteriormente, obteve a licenciatura em Ciências Políticas pela Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica de Nossa Senhora de Assunção (2006). Integrou o Seminário «Hacia Una Crítica Cultural» do CAV/Museu do Bairro, organizado com o apoio da AECI (2005-2006). Obteve o primeiro prémio no concurso de ensaios «Construindo

Governabilidade Democrática no Paraguai» do PNUD (2003). Publicou capítulos em livros e artigos em várias revistas.

MIGUEL BANDEIRA JERÓNIMO

PhD King's College, Universidade de Londres, 2008, é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. É professor no programa de doutoramento em Patrimónios de Influência Portuguesa (III/CES) da Universidade de Coimbra (desde 2012), do qual é co-coordenador científico (desde 2016). Foi professor visitante na Universidade de Brown (EUA, 2001 e 2012) e investigador visitante no King's College London, Universidade de Londres (2012-2013). Entre 2009 e 2015 foi investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Os seus interesses de pesquisa centram-se na História Global e Comparada do Imperialismo e do Colonialismo (sécs. XVIII-XX). Em 2010, publicou *Livros Brancos, Almas Negras: A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português, c. 1870-1930* (Imprensa de Ciências Sociais). Em 2012, publicou *A Diplomacia do Imperialismo. Política e Religião na Partilha de África (1820-1890)* (Edições 70) e *O Império Colonial em Questão* (Edições 70). Em 2014, coeditou *Portugal e o Fim do Colonialismo. Dimensões internacionais* e, em 2015, *The Ends of European Colonial Empires: Cases and comparisons* (Palgrave Macmillan) e *Os Passados do Presente: Internacionalismo, imperialismo e a construção do mundo contemporâneo* (Almedina). Em 2015, publicou ainda *The «Civilizing Mission» of Portuguese Colonialism (c.1870-1930)* (Palgrave Macmillan). Em 2017, coeditou *Internationalism, Imperialism and the Formation of the Contemporary World* (Palgrave Macmillan). É coeditor da coleção História & Sociedade nas Edições 70 e da coleção «The Portuguese Speaking World: Its History, Politics and Culture» na Sussex Academic.

MIGUEL CARDINA

É investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É atualmente vice-presidente do Conselho Científico do CES e foi membro da coordenação do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP) entre 2013 e 2016. É membro do Conselho de Redação da *Revista Crítica de Ciências Sociais* e ainda investigador associado do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Recebeu em 2016 a bolsa Starting Grant do European Research Council (ERC – Conselho Europeu para a Investigação) na qualidade de coordenador do projeto de investigação «CROME – Crossed Memories, Politics of Silence. The Colonial-Liberation Wars in Postcolonial Times», a decorrer no CES. Doutorou-se com uma tese intitulada *Margem de Certa Maneira. O maoísmo em Portugal: 1964-1974* (Tinta-da-china, 2011), à qual foi atribuído o Prémio Victor de Sá de História Contemporânea (2011) e o Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Portuguesa (2013). É autor ou coautor de vários

outros livros, capítulos e artigos sobre colonialismo, anticolonialismo e guerra colonial; sobre a história das ideologias políticas nas décadas de 1960 e 1970; e sobre as dinâmicas entre história, memória e poder.

CATHERINE WALSH

É socióloga, pedagoga e intelectual-militante, implicada durante muitos anos nos processos e lutas pela justiça e transformação social e decolonial, inicialmente nos Estados Unidos e, nos últimos quase 25 anos, no Equador e América Latina, onde tem vindo a acompanhar movimentos sociais, indígenas e afrodescendentes. É professora principal da Universidad Andina Simón Bolívar, com sede no Equador, e diretora do programa de doutoramento em Estudos Culturais Latino-americanos desta instituição; também coordenou a Cátedra de Estudos Afro-Andinos. Foi professora convidada em numerosas universidades nos Estados Unidos, Canadá, Europa, América Latina e Caribe. O seu trabalho académico, expresso em mais de 200 publicações em várias línguas, aborda, entre outros temas, o projeto político, epistémico e ético da interculturalidade crítica e da decolonialidade, tomando como eixos centrais as geopolíticas do conhecimento, filosofias de vida-existência, educação, pensamento ancestral, pensamento feminista, plurinacionalismo e a refundação de estados, pluralismo legal, bem como as pedagogias decoloniais de resistência, insurgência e (re)existência. Destacam-se, das suas publicações mais recentes: *Pedagogías decoloniales. Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir, Tomo II* (Quito: Ediciones Abya-Yala, 2017); «Decolonial Notes to Paulo Freire. Walking and Asking», in *Educational Alternatives in Latin America* (R. Aman e T. Ireland, eds., Palgrave/Macmillan, 2017); «Notas pedagógicas a partir das brechas decoloniais», in *Interculturalizar, descolonizar, democratizar* (V. Candau, ed., Rio de Janeiro: 7 Letras, 2016); «On Gender and its Otherwise», in *The Palgrave Handbook on Gender and Development Handbook: Critical engagements in feminist theory and practice* (W. Harcourt, ed., Londres: Palgrave, 2016). Coordena, com Walter Mignolo, a série «On Decoloniality» da Duke University Press. Catherine Walsh foi conferencista convidada em centenas de eventos e congressos científicos em todo o mundo.

GONZALO PORTOCARRERO

Nasceu em Lima, Peru. Formou-se na Universidade Nacional Maior de São Marcos e estudou Letras na Pontifícia Universidade Católica do Peru. É mestre em Sociologia pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e doutor na mesma disciplina pela Universidade de Essex (Inglaterra). Trabalha como professor principal do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru. Foi professor visitante em universidades dos Estados Unidos, Japão, Alemanha, México, Venezuela e Reino Unido. É membro do Conselho Diretivo da «Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales», espaço intelectual dinâmico de discussão neomarxista sobre a

problemática peruana. É Decano da Ordem dos Sociólogos no Peru. Em 2008, criou o primeiro programa de Estudos Culturais no Peru. A sua obra é fortemente influenciada por Alberto Flores Galindo. Bibliografia mais recente: *Racismo y mestizaje y otros ensayos* (2007), *Figuraciones del mundo juvenil en el cine contemporáneo* (2010), *Oído en el silencio. Ensayos de crítica cultural* (2010), *Profetas del odio: raíces culturales y líderes de Sendero Luminoso* (2012), *La urgencia por decir «nosotros». Los intelectuales y la idea de nación en el Perú republicano* (2015), *Imaginando al Perú. Búsquedas desde lo andino en arte y literatura* (2015). Investigações: *La mentalidad de los empresarios peruanos* (2003-2004) e *Cine peruano contemporáneo: qué nos dice del Perú de hoy* (2016), entre outras.

MARGARIDA CALAFATE RIBEIRO

É licenciada em Línguas e Literaturas Modernas pela Universidade de Aveiro (1988), mestre em Literatura e Cultura Portuguesa: Época Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa (1993) e doutorada em Estudos Portugueses pelo King's College, Universidade de Londres (2001). É investigadora-coordenadora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra (desde 2004) e membro do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz (NHUMEP). É professora no programa de doutoramento Patrimónios de Influência Portuguesa (III/CES) da Universidade de Coimbra (desde 2010), de que é coordenadora científica com Miguel Bandeira Jerónimo e Walter Rossa. Com Roberto Vecchi, é responsável pela «Cátedra Eduardo Lourenço», Camões/Universidade de Bolonha. Em 2015, recebeu uma bolsa Consolidator Grant do Conselho Europeu de Investigação (ERC) com o projeto «MEMOIRS – Filhos de Império e Pós-Memórias Europeias», que coordena no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É autora, coautora e organizadora de vários livros, capítulos de livros e artigos.

O DESEJO DE VIVER EM COMUM

2

foi composto em caracteres Hoefler Text
e Source Sans e impresso na Guide,
Artes Gráficas, sobre papel
Coral Book de 90 g, em
Dezembro de
2018.